



Direito



**PROVA OBJETIVA E SUBJETIVA
I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DO
CURSO DE DIREITO – 2014**

INSTRUÇÕES

Verifique se este caderno:

- Contém 20 questões OBJETIVAS, numeradas de 1 a 20.
- Contém 02 questões DISCURSIVAS.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**PROVA
BRANCA**

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: **(A) (●) (C) (D) (E)**
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.
- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul

ATENÇÃO

- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever as respostas para as questões discursivas, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 2 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).

Candidato (a):



LÍNGUA PORTUGUESA

Relatório vê avanços no acesso ao ensino entre a população mais pobre, elogia o Fundeb como uma política de sucesso e diz que a solução dos problemas passa pela valorização dos professores.

Nenhum dos seis objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) será cumprido globalmente até 2015, segundo o Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos. O levantamento, que será divulgado nesta quarta-feira (29/01) em Brasília e em Adis Abeba, na Etiópia, aponta que 250 milhões de crianças não conseguiram aprender o básico na escola primária e que um quarto da população jovem do mundo não é capaz sequer de ler parte de uma frase.

Apontado diversas vezes como exemplo positivo, o Brasil conseguiu atingir as metas de "educação primária universal" e "habilidade de jovens e adultos", mas ainda precisa avançar para melhorar a qualidade do ensino e diminuir os índices de analfabetismo. Treze milhões de brasileiros não sabem ler nem escrever, o que faz do Brasil o oitavo país com maior número de analfabetos.

"O grande nó crítico do país é a qualidade da educação, especialmente em relação ao aprendizado. O aluno está na sala de aula, mas não aprende. É uma exclusão intraescolar: 22% dos alunos saem da escola sem capacidades elementares de leitura e 39% não têm conhecimentos básicos de matemática. De qualquer maneira, não podemos negar os grandes avanços que o Brasil apresentou", afirma Maria Rebeca Otero, coordenadora de educação da Unesco no Brasil.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é visto como uma política de sucesso. O relatório diz que o fundo aumentou em 20% a frequência escolar entre as crianças mais pobres e elevou o número de matrículas, especialmente no norte do país. "O Fundeb é tido como um exemplo para o mundo, mas devemos destacar que a gestão dos recursos ainda é muito deficitária", avalia Otero.

A Unesco critica o fato de as políticas sociais e educacionais não reduzirem a disparidade de investimento por aluno no país. Em 2009, o Estado gastou 611 dólares por aluno do ensino primário na região Nordeste, metade do que é investido em um estudante do Sudeste. O mínimo de gasto para uma educação adequada seria 971 dólares por aluno, diz a publicação.

Valorização dos professores

É necessário treinar os professores e oferecer a eles uma remuneração adequada, afirma a Unesco

O relatório, intitulado Ensinar e aprender: atingindo a qualidade para todos, destaca que cerca de 10% do gasto na educação infantil no mundo é perdido devido às falhas no sistema de ensino. A crise global do aprendizado custa aos governos 129 bilhões de dólares por ano. "No estágio atual, os países simplesmente não podem reduzir o investimento em educação", ressalta o texto.

A Unesco conclui que a valorização dos professores pode mudar esse cenário e faz um alerta aos governos para que ofereçam melhores condições de trabalho a esses profissionais. "É preciso atrair melhores candidatos e preencher as vagas.

Eles precisam ser treinados para entender as necessidades das crianças e também ser valorizados, com melhores salários e planos de carreira", diz Otero.

O especialista em políticas públicas de educação Erasto Fortes, membro do Conselho Nacional de Educação, afirma que o governo deve se comprometer a construir uma política nacional de formação de professores e oferecer programas de especialização, como prevê o Plano Nacional de Educação (PNE). "O piso salarial, que é muito baixo, também precisa corresponder à média paga a outros profissionais que tenham o nível de formação de ensino superior. Ainda assim, estados e municípios têm recorrido à Justiça para fazer com que essa lei não tenha vigência, em função de dificuldades orçamentárias", critica.

De acordo com a Unesco, será necessário recrutar 5,2 milhões de professores em todo o mundo até 2015.

01 Observe as seguintes afirmações acerca do texto:

- I. É nítido, no texto, que o problema da educação no Brasil é decorrente essencialmente da desvalorização dos professores.
- II. O primeiro parágrafo antecipa, de forma bem concisa, a temática que será desenvolvida no transcórper do texto.
- III. O Fundeb é um exemplo positivo de ferramenta para melhorar a educação, mas um dos grandes problemas da educação no Brasil é a baixa qualidade do ensino repassado nas escolas.
- IV. Apesar das discrepâncias regionais, a educação no Brasil é considerada, pela UNESCO, como de excelência.

Considerando as afirmativas acima, é coerente afirmar que:

- (A) Apenas I, II e III são corretas.
- (B) Apenas a IV é correta.
- (C) Apenas II e III são corretas.
- (D) Apenas I e III são corretas.
- (E) Todas estão corretas.

02 Se a passagem destacada em, "cerca de 10% do gasto na educação infantil no mundo é perdido devido às falhas no sistema de ensino...", fosse substituída por um dos complementos abaixo, o sinal indicativo de crase deveria ser obrigatoriamente mantido em:

- (A) a certa morosidade do sistema de ensino.
- (B) a nossa compreensão de escola.
- (C) a toda irregularidade de gerenciamento.
- (D) a fatores externos.
- (E) a falha no sistema de gestão de recursos.



03 A passagem, “**Nenhum dos seis objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) será cumprido globalmente até 2015, segundo o Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos.**”, foi reestruturada sem prejuízo sintático e/ou semântico em:

(A) Em virtude do Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos, nenhum dos seis objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) será cumprido globalmente até 2015.

(B) Nenhum dos seis objetivos estabelecidos pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – serão até 2015, cumprido globalmente, segundo o Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos.

(C) Nenhum dos seis objetivos, que foram estabelecidos, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unesco, serão cumpridos globalmente até 2015, conforme o Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos.

(D) Em consonância com o Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos, nenhum dos seis objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) será, até 2015, cumprido globalmente.

(E) Nenhum dos seis objetivos, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) será cumprido globalmente até 2015, conquanto o Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos.

04 Observe as passagens:

- I. Se o Estado _____ em prática ações sólidas para fortalecer a educação, o impacto positivo para o país será notável.
- II. De certa forma, o Brasil já _____ de forma significativa na educação, mas precisa melhorar a qualidade do ensino.
- III. Quando _____ políticas públicas que valorizem a qualidade, o Brasil garantirá a evolução social da população.

Considerando os padrões estabelecidos pela gramática normativa, preenchem respectivamente as lacunas acima:

- (A) puser, interveio, houver.
- (B) puser, interviu, existir.
- (C) pôr, interveio, houverem.
- (D) pôr, interveio, existirem.
- (E) puser, interviu, houver.

_____ nº01/2014

Macapá-AP, 12 de junho de 2014.

A sua Senhoria, a Senhora

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Coordenadora de Graduação da Faculdade xxxxxxxx.

Avenida: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, 223 - Bairro xxxxxxxx.

Macapá - AP - CEP.: 68.908-126.

Assunto: Divulgação do novo processo seletivo de estagiários da Seção Judiciária do Amapá.

Senhora Coordenadora,

1. Encaminho, anexos, para fins de divulgação, informativos relacionados à 1ª Seleção de Estagiários da Seção Judiciária do Amapá em 2014.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor da Secretaria

Administrativa da Justiça Federal

05 Considerando as características, a estrutura do texto acima bem como os aspectos gramaticais, é correto afirmar que:

- (A) O fecho adequado para esse texto seria “Respeitosamente”.
- (B) Na passagem, “Encaminho, anexos, para fins de divulgação...”, para seguir as normas de pontuação, a vírgula utilizada antes de “anexos” deveria ser suprimida.
- (C) O vocativo adequado para o texto seria “Ilustríssima Senhora Coordenadora”.
- (D) A expressão “Encaminha-se”, sem prejuízo gramatical, poderia substituir a expressão “Encaminho”.
- (E) o texto não é compatível com o conceito de memorando.


CONHECIMENTOS JURÍDICOS

06

O(A) Senhor(a) está prestando concurso público num prédio que pertence aos brasileiros. Chama se Forum Pontes de Miranda. Profundo conhecedor de Matemática, Sociologia e Psicologia, como não bastasse, este seu conterrâneo (brasileiro) publicou uma Teoria Geral do Direito Privado (com mais de 60 volumes, mais de 30 mil páginas), iniciada em 1920, além de clássicas obras sobre Direito Constitucional. Vertido para diversas línguas estrangeiras, no mundo ninguém questiona sua genialidade. Em sua teoria geral, focalizou institutos jurídicos cujas análises são ensinadas pelos maiores especialistas jurídicos até hoje. Seus conceitos transcendem o direito privado e são empregados em teoria geral do direito como um todo. Segundo este brasileiro, "prescrição é a exceção, que alguém tem, contra o que não exerceu, durante certo tempo, que alguma regra jurídica fixa, a sua pretensão ou ação" (Pontes de Miranda, Francisco Cavalcanti. In Tratado de Direito Privado, Tomo 6, pág. 39, edição Bookseller 2000).

Com base em seus conhecimentos sobre o instituto da prescrição, é possível afirmar que:

- (A) No plano privado, constitui matéria de direito processual civil e não de direito material. Comprova-o o fato de não estar tratado no Código Civil, além de o Código de Processo Civil prever que a sentença que reconhece a prescrição deve julgar o processo sem apreciar o mérito.
- (B) No plano penal, constitui matéria de Direito Processual Penal e não de direito material. Comprova-o o fato de não estar regrado no Código Penal, mas no Código de Processo Penal.
- (C) Tanto no âmbito civil quanto no penal, a prescrição, segundo as leis vigentes, conta-se a partir do dia seguinte ao fato e não acaba em feriado.
- (D) Nem a Constituição Federal pode estabelecer direitos imprescritíveis, já que nenhum direito é absoluto.
- (E) Não há, de fato, direitos absolutos, no ordenamento jurídico democrático, mas o ordenamento jurídico não só pode, em teoria geral do direito, como as normas brasileiras previram determinados direitos como imprescritíveis – tais como o de extinção do condomínio, o de investigação de paternidade e o de ação penal contra grupos armados que atentem contra o Estado Brasileiro.

ATENÇÃO

Considere a situação hipotética abaixo para responder às questões de nº 07 a 12.

" João, 31 anos de idade, residente no Município de Laranjal do Jari, propôs à sua amiga francesa Marie, 22 anos de idade, que trouxesse cigarros de importação proibida, embora legalizados para o uso pessoal em seu país. Marie compreendeu que, embora fosse lícito o uso no estrangeiro dos cigarros, constitui crime a importação no Brasil dos cigarros e, por isto, declarou, orientada por João, no documento formalizado à Receita Federal, ser fumante inveterada (mesmo não o sendo) e que os cigarros seriam para consumo próprio enquanto fazia turismo na Amazônia. Ludibriada pela falsa declaração, os fiscais alfandegários permitiram que Marie atravessasse a fronteira, no Município de Oiapoque, com 50 pacotes dos citados cigarros, como bagagem acompanhada. Uma semana depois, contudo, a Polícia Federal prendeu João, vendendo os cigarros na Rodoviária de Macapá, com grande lucro, à metade do preço normal."

07 Sobre a teoria do crime e o concurso de pessoas, assinale a alternativa correta quanto à Marie:

- (A) não pode ser condenada por nenhum crime, pois agiu com culpa, e o contrabando só existe na modalidade dolosa.
- (B) não cometeu nenhum crime, por ausência de dolo, pois, mesmo sabendo que era crime no Brasil, praticou a conduta a pedido de João, incidindo, assim em erro de tipo.
- (C) incorreu em erro de proibição, já que é permitido o consumo dos cigarros na Guiana Francesa.
- (D) incidiu em erro de tipo permissivo.
- (E) cometeu crime de contrabando.

08 Com base em seus conhecimentos de concursos material, formal e conflitos aparentes de norma penal, assinale a alternativa correta:

- (A) João e Marie cometeram crime de falsidade ideológica e contrabando, em concurso formal.
- (B) João e Marie cometeram crime de falsidade ideológica e contrabando, em concurso material.
- (C) Tão somente Marie cometeu crime de falsidade ideológica e contrabando, em concurso material.
- (D) Tão somente Marie cometeu crime de falsidade ideológica e contrabando, em concurso material.
- (E) Como a falsa informação da DBA (declaração de bagagem acompanhada) foi incluída exclusivamente por Marie para que ambos cometessem o delito de contrabando, não podem ser condenados também por falsidade ideológica, embora tenham praticado esta conduta também, pois este último crime deve ser considerado crime-meio – absorvido pelo crime-fim.



09 Com base em seus conhecimentos sobre a persecução criminal, em sua fase administrativa, assinale a alternativa correta:

- (A) A prisão efetuada pela Polícia Federal foi ilegal, caso não tenha sido instaurado inquérito policial anterior, e deverá ser revogada pelo Magistrado.
(B) A prisão realizada pela Polícia Federal foi ilegal, caso não tenha sido instaurado inquérito policial anterior, e deverá ser relaxada pelo Magistrado.
(C) A prisão foi legal, mesmo se não houver sido instaurado inquérito policial anterior, desde que a autoridade policial tenha tido previamente a notícia do crime em pauta e tenha baixado portaria para apurá-lo.
(D) A prisão foi legal, mesmo se não houver sido instaurado inquérito policial anterior, pois se tratou de flagrante presumido.
(E) A prisão foi legal, pois se tratou de flagrante próprio ou perfeito. É com base nos autos desta prisão em flagrante que deverá iniciar-se o inquérito policial.

10 Com base na jurisprudência, os eventuais crimes cometidos por João e Marie devem ser processados por

- (A) Juiz de Direito da Comarca de Oiapoque, onde foi realizada a importação proibida.
(B) Juiz de Direito da Comarca de Macapá, onde foi efetuada a prisão.
(C) Juiz Federal da Seção Judiciária do Amapá (Macapá), onde foi lavrado o flagrante.
(D) Juiz Federal da Sub-Seção Judiciária do Oiapoque, onde teria ocorrido, em tese, a importação proibida.
(E) Juiz Federal da Sub-Seção Judiciária de Laranjal do Jari, onde reside João.

11 sabendo que em 27 de junho de 2014 o crime de contrabando teve sua pena prevista majorada por lei nova, caso João ou Marie tenham praticado as condutas antes da vigência da nova lei, é possível afirmar:

- (A) Devem, em princípio, ser processados pela lei anterior, em função do princípio da proibição da retroatividade para prejudicar os réus.
(B) Devem ser processados pela lei nova se, mesmo tendo praticado o suposto crime de contrabando na vigência da lei antiga, a denúncia que instaura o processo judicial só for recebida durante a vigência da lei nova.
(C) Não existe retroatividade no âmbito penal.
(D) Não há irretroatividade em direito penal.
(E) Não pode ocorrer ultra-atividade em matéria penal.

12 Supondo que João tenha sido preso em flagrante em 12 de junho de 2014 e faça 18 anos de idade em 22 de junho de 2014, é possível afirmar que João:

- (A) Estaria acobertado por uma hipótese de exclusão de ilicitude.
(B) Teria agido sem tipicidade, adotando-se a teoria da tipicidade conglobante.
(C) Teria agido sem culpabilidade, embora imputável.
(D) Teria praticado crime, pois a maioria penal é contada no mês em que faz 18 anos completos.
(E) Teria cometido ato infracional.

13 Com base nos seus conhecimentos gerais sobre o processo civil:

- (A) É possível que o Magistrado inicie o procedimento judicial de ofício, ainda que em casos excepcionais, tais como o falimentar.
(B) O magistrado só poderá tomar medidas cautelares no processo se a parte pedir, no que se convencionou chamar inércia da jurisdição.
(C) Caso seja revogada uma lei processual que pautou um ato judicial em um processo já instaurado, o magistrado deverá anular todos os atos, ante o princípio da aplicação imediata da lei processual nova.
(D) Em teoria geral do processo civil, o termo processo também é conhecido por jurisdição, a qual pode ser definida como direito público subjetivo, garantido pela Constituição de 1988.
(E) Muito embora a ação constitua direito subjetivo público, o Código de Processo Civil condiciona a apreciação do mérito da demanda a certas condições.

14 Segundo o Código Civil, constitui pessoa jurídica:

- (A) A empresa.
(B) A firma individual.
(C) O Juiz Federal
(D) O Ministério Público Federal
(E) A União.

15 A Assembleia Constituinte da atual Constituição classificou, textualmente, como direito fundamental:

- (A) Isonomia tributária;
(B) Anterioridade tributária;
(C) Legalidade da pena criminal;
(D) Retroatividade da lei penal mais benéfica;
(E) Busca da integração social, cultural, política e econômica da América Latina.

16 Não é órgão do Poder Judiciário:

- (A) Conselho Nacional de Justiça;
(B) Conselho da Justiça Federal;
(C) Juiz Federal;
(D) Tribunal Regional Federal;
(E) Tribunal de Contas da União;



17 A teoria da ação foi desenvolvida ao longo dos séculos em acaloradas discussões doutrinárias e até hoje está em desenvolvimento no âmbito doutrinário. A Constituição de 1988 assegura que nenhuma lesão ou ameaça à lesão de direito deixará de ser apreciada pelo Poder Judiciário, universalizando o direito de ação judicial. Segundo o Código de Processo Civil, contudo, para ver o mérito de sua ação apreciado pelo Juiz, a pessoa física ou jurídica deverá possuir:

- (A) legitimidade ou interesse ou possibilidade jurídica, alternativamente;
- (B) legitimidade ou interesse e possibilidade jurídica do pedido;
- (C) ambos o interesse e a legitimidade ou, alternativamente, possibilidade jurídica do pedido;
- (D) Legitimidade, interesse e possibilidade jurídica do pedido - todos simultaneamente -, não podendo lei específica criar outras condições para procedimentos especiais;
- (E) Legitimidade, interesse e possibilidade jurídica do pedido – todos simultaneamente -, facultando-se à lei específica criar outras condições para procedimentos especiais.

18 Os senhores pretendem integrar o Poder Judiciário como estagiários. Este Poder, tais como o Poder Legislativo e o Poder Executivo, também carece de uma administração, a qual não prescinde de princípios e regras, estabelecidos no ordenamento jurídico. Com relação ao regramento constitucional da Administração Pública:

- (A) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- (B) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, mas não são acessíveis, em nenhuma hipótese, aos estrangeiros.
- (C) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, não sendo permitidas nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (D) o prazo de validade do concurso público será de até dois meses, prorrogável uma vez, por igual período.
- (E) compete ao chefe do órgão público estipular discricionariamente o prazo de validade do concurso público sem limitações temporais previstas na Constituição.

19 A Previdência Social configurada pela Constituição de 1988 adota um modelo de vanguarda fundada no conceito de seguridade social, em que se distinguem saúde, assistência social e previdência social – todos assegurados como direitos sociais -, numa unidade de desígnios com diferentes matizes, dispostos à luz da solidariedade, tendo por objetivo resguardar a dignidade humana. Além da dignidade da pessoa humana e da solidariedade, são princípios da seguridade social EXCETO:

- (A) universalidade do atendimento.
- (B) redutibilidade do valor dos benefícios.
- (C) equidade no custeio.
- (D) seletividade dos serviços.
- (E) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

20 A Lei 11.105 estabelece que é necessária autorização prévia além de acompanhamento da CTNBIO (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) para manipular organismos geneticamente modificados. A razão por trás desta exigência de acompanhamento próximo e autorização é que não se conhecem ao certo os efeitos no meio ambiente das modificações nos genes dos organismos. Esta exigência legal fundamenta-se, portanto, no princípio de:

- (A) poluidor-pagador.
- (B) usuário-pagador.
- (C) precaução.
- (D) prevenção.
- (E) desenvolvimento econômico sustentável.

**QUESTÕES DISCURSIVAS****ATENÇÃO**

Para responder às duas questões discursivas, leia o texto que se segue:

A Copa do Mundo é, há longa data, o evento a que mais se assiste em todo o planeta. Isto não constitui exceção no Brasil. Há pouco tempo, a sociedade mundial viu, estarecida, ao vivo, um jogador colombiano desferindo uma joelhada num jogador brasileiro, o que provocou uma comoção nacional.

QUESTÃO 01

O fato a que aludiu o texto constitui crime, em sua avaliação (em caso positivo, doloso ou culposo)? Justifique.

RASCUNHO

QUESTÃO 02

Inicialmente responda se a Justiça Desportiva faz parte do Poder Judiciário; em seguida, trate da ponderação do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição com o da intervenção mínima do direito penal.

RASCUNHO